

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.072 - PR (2019/0036855-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
RECORRENTE : KARINA ENISIA TURBAY POLONIO FELDMANN DE SCHNAID
ADVOGADOS : MARCOS DANIEL VELTRINI TICIANELLI - PR030311
VINICIUS BONALUMI CANESIN E OUTRO(S) - PR086946
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : AGAMENON ALVES DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por **KARINA ENISIA TURBAY POLONIO FELDMANN DE SCHNAID**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**.

Depreende-se da inicial que a recorrente foi condenada à pena de 1 (um) ano de reclusão, substituída por uma pena restritiva de direitos, pela prática do crime descrito no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica).

Expedida carta precatória para início do cumprimento da pena, a autoridade deprecada identificou a possibilidade de prescrição da pretensão executória, determinando o retorno dos autos para o deprecante (fl. 37). Ouvido o Ministério Público, este oficiou pelo reconhecimento da prescrição (fls. 38-41).

O d. Juízo de 1º Grau não reconheceu a prescrição (fls. 42-46), motivo pelo qual a Defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, que indeferiu o pedido liminar (fls. 89-95).

Narra também a recorrente que, mesmo diante da concessão da liminar e, posteriormente, da ordem definitiva, de ofício, no **HC n. 479318, desta relatoria**, o eg. Tribunal de origem julgou o **habeas corpus** lá impetrado, negando a sua ordem.

Aqui, a ementa do v. acórdão, ora impugnado (fls. 150-151):

**"HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO DA
PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO PARA**

AMBAS AS PARTES. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A Quarta Seção deste Tribunal firmou entendimento no sentido de que a prescrição da pretensão executória do Estado somente começa a fruir a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação e para a defesa.

2. Considerando a orientação atual no sentido da possibilidade de execução provisória da pena, é hígido questionar acerca da inação da acusação após a confirmação da condenação em segundo grau. Porém, sob a égide firmada pelo STF anteriormente, sendo taxativamente vedada a execução provisória, descabe falar em inércia da acusação em buscar a prisão e, portanto, descabe buscar impor termo inicial para prescrição da pretensão executória quando tal pretensão inexistente, posto que vedada pela Corte Suprema.

3. No caso dos autos, o trânsito em julgado para ambas as partes do acórdão condenatório ocorreu antes da nova orientação do STF, decretada em novembro/2016. Em relação à pena imposta à paciente, o lapso prescricional é de 04 anos, o qual não transcorreu até a presente data.

4. Ordem denegada."

Agora, em suas razões recusaís, **novamente**, a recorrente aponta constrangimento ilegal na determinação de cumprimento de pena extinta em face da prescrição da pretensão executória.

Sustenta que o prazo prescricional teve início com o trânsito em julgado para o Ministério Público, em 16/9/2013, ao contrário do que dispôs as decisões vergastadas, no sentido de que o termo **a quo** seria o trânsito em julgado para as duas partes.

Requer o conhecimento e provimento do presente recurso para que se proceda à reforma do v. acórdão, com a decretação da extinção da punibilidade da recorrente, em relação ao processo nº 5000176-71.2017.4.04.7008/PR, em face da prescrição da pretensão executória, nos termos dos arts. 107, IV, 110, §1º e 112, I, todos do Código Penal.

Sem pedido liminar.

O Ministério Público Federal, às fls. 204-206, manifestou-se pelo

"*provimento do recurso a fim de que seja reconhecido o trânsito em julgado para a acusação como marco inicial para o cômputo da prescrição executória*" (fl. 206).

Pedido de sustentação oral á fl. 171.

É o relatório.

Decido.

Primeiramente, esclarece-se que, embora o atual recurso possa ensejar mera reiteração de pedidos, deve-se consignar que o presente se dá em habeas corpus diverso do HC 479318, o qual (há notícia) de que não foi cumprido pelo eg. Tribunal na origem.

Diante disso e por tratar-se de matéria de ordem pública, passo a analisar, novamente, a questão da prescrição executória.

Vejamos.

Prevalece, **de há muito**, nas duas turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte de Justiça, o entendimento de que a partir da sentença condenatória irrecorrível, o marco inicial para a verificação da prescrição da pretensão executória é o **trânsito em julgado para a acusação**, nos termos estabelecidos pelo art. 112, I, do Código Penal.

Nesse sentido, o seguinte julgado da Terceira Seção, que reúne as duas Turmas Criminais desta Corte:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO PARA O MP. OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO REJEITADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA DEFESA PREJUDICADO. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA.

1. Ressalvada compreensão pessoal diversa, a Terceira Seção, no julgamento do EResp 1.619.087/SC, na sessão

de 14/06/2017, adotou a orientação quanto à impossibilidade de execução provisória da pena restritiva de direitos, sendo indispensável, em tais casos, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal.

2. Tal entendimento foi reafirmado pela Terceira Seção desta Corte com o julgamento, em 24/10/2018, do HC 435.092/SP, ainda pendente de publicação.

3. Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação.

4. Assim, transcorridos 8 anos desde a intimação do Ministério Público da sentença condenatória, sem que tenha interposto recurso, há perda da pretensão executória estatal.

5. Embargos de declaração opostos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL rejeitados e reconhecida a prescrição da pretensão executória da pena imposta, julgando prejudicado os embargos de declaração opostos por WARLEI JOSÉ FRIZZO." (EDcl no AgRg nos EAREsp 571.532/PR, Terceira Seção, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 05/12/2018, grifei)

Igualmente, os seguintes julgados da Quinta e da Sexta Turma deste Tribunal Superior:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. RECONHECIMENTO. ORDEM CONCEDIDA.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - O paciente, menor de 21 (vinte e um) anos à época dos fatos, foi condenado às penas de 5 (cinco) anos de reclusão, pelo crime de tráfico de entorpecentes, e 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, pelo delito de associação ao tráfico, subsumindo, portanto, o prazo da prescrição para cada delito em

6 (seis) anos e em 4 (quatro) anos, nos termos do art. 109, incisos III e IV, e art. 115, ambos do Código Penal.

III - Nos termos do art. 112, inciso I, do Código Penal, o termo inicial da prescrição, após a sentença condenatória irrecorrível, é o trânsito em julgado para a acusação, que ocorreu em 07/11/2011 (fl. 72), de modo que o mandado de prisão foi cumprido em 13/01/2017. Destarte, o prazo da prescrição da pretensão executória, somente em relação ao crime de associação ao tráfico de drogas, consumou-se em 07/11/2015.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para declarar a extinção da punibilidade do paciente, em relação ao crime de associação ao tráfico de entorpecentes, pelo implemento da prescrição da pretensão executória, nos termos do artigo 109, inciso IV, e art. 115, ambos do Código Penal, e determinar que o juízo da execução retifique o erro material constante na dosimetria da pena do crime de tráfico de entorpecentes." (HC 452.784/SP, Quinta Turma, de minha relatoria, DJe 21/08/2018, grifei)

"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL. DOIS DIAS. ART. 619 DO CPP. INTEMPESTIVIDADE. OMISSÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

[...]

2. No caso, a decisão recorrida foi publicada em 30/5/2018 (e-STJ, fl. 342). O prazo para oposição dos embargos de declaração teve início em 1º/6/2018 e expirou no dia 4/6/2018. Entretanto, os embargos declaratórios foram protocolados tão somente em 6/6/2018 (e-STJ, fl. 347). São eles, portanto, intempestivos.

3. **Conforme disposto no art. 112, I, do CP, a prescrição da pretensão executória tem como marco inicial o trânsito em julgado para a acusação, o que, na espécie, ocorreu em maio de 2016 (e-STJ, fl. 179). Assim, tendo em vista que o recorrente foi condenado à pena de 8 (oito) meses de detenção, pela prática do crime previsto no art. 306 da Lei n. 9.503/1997, não se verifica a ocorrência da prescrição da pretensão executória da pena, pois não transcorreu mais de três anos desde o trânsito em julgado da sentença para a acusação, nos exatos termos do art. 109, IV, do CP.**

4. **Embargos de declaração não conhecidos." (EDcl no AgRg no AREsp 1258466/SP, Quinta Turma, Rel. Min.**

Ribeiro Dantas, DJe 24/10/2018, grifei)

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA PARA A ACUSAÇÃO. TRANSCURSO DE LAPSO SUPERIOR A 8 (OITO) ANOS ATÉ O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA IMPOSTA AO PACIENTE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. EXTENSÃO DOS EFEITOS À CORRÊ EM SITUAÇÃO IDÊNTICA. DESPROVIMENTO DO RECLAMO.

1. De acordo com a literalidade do artigo 112, inciso I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação. Precedentes do STJ.

2. Na espécie, transcorridos mais de 8 (oito) anos entre o trânsito em julgado da condenação para o Ministério Público, que se deu aos 10.4.2006, e o início do cumprimento das sanções impostas ao paciente, no dia 5.12.2017, extinguiu-se a sua punibilidade pela prescrição da pretensão executória, observados os seus efeitos legais.

3. A interessada encontra-se em situação jurídico processual ainda mais favorável que a do paciente, pois foi condenada - já excluído o acréscimo decorrente da continuidade delitiva - às penas de 2 (dois) anos e 10 (dez) dias para o crime de estelionato, e 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão no tocante à evasão de divisas, estando o processo sobrestado desde 9.4.2018 aguardando o cumprimento de mandado de prisão contra ela expedido, o que enseja a extinção da sua punibilidade pela prescrição da pretensão executória.

*4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RCD na PET no HC 449.842/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 10/10/2018, grifei)*

"HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME DE RECEPÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. Consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a contagem do prazo necessário à prescrição da pretensão executória começa a fluir a partir da data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a Acusação. Inteligência do art. 112, inciso I, c.c. o art. 110 do Código Penal.

2. No caso, a sentença condenatória, que aplicou ao Paciente a pena de 1 (um) ano de reclusão, transitou em julgado

para a Acusação em 22/06/2016. Dessa forma, desde o referido marco, não transcorreu o prazo prescricional de 4 (quatro) anos, previsto no art. 109, inciso V, do Código Penal.

3. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 470.341/GO, Sexta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 13/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA. RÉU QUE COMPLETOU 70 ANOS DEPOIS DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 115 DO CP. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. No âmbito deste Superior Tribunal, prevalece o entendimento de que o termo inicial da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, consoante a interpretação literal do art. 112 do CP, mais benéfica ao condenado.

2. Por expressa previsão do art. 115 do CP, são reduzidos pela metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 70 anos. O acórdão confirmatório da condenação não substitui o marco de redução do prazo prescricional. Precedentes.

3. É inviável adotar, à míngua de previsão legal, a imutabilidade da condenação como inédito parâmetro para a aplicação do art. 115 do CP. Em matéria de prescrição, é recomendável a interpretação restritiva, principalmente se considerado que o objetivo da norma é extinguir um direito devido à inércia de seu titular, e não há falar em desinteresse do Estado quando, no caso concreto, a impossibilidade de executar a pena substitutiva decorre da exigência do trânsito em julgado para ambas as partes.

4. A idade limite foi completada pelo agravante depois da sentença e do acórdão proferido em apelação, o que impossibilita a concessão da ordem.

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no RHC 94.376/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe 01/06/2018)

No caso, a sentença transitou em julgado para o Ministério Público em **16/9/2013**, marco inicial para a contagem do prazo da prescrição da pretensão executória, nos termos assentados pela jurisprudência consolidada desta Corte.

Nos termos do art. 110, **caput**, do Código Penal, a prescrição

depois do trânsito em julgado da sentença condenatória é regulada pela pena aplicada. Considerando a sanção cominada em 1 (um) ano de reclusão, a prescrição ocorre em 4 (quatro), nos termos do art. 109, V, do Código Penal.

Certo é que a recorrente não havia iniciado o cumprimento da pena (isso já havia sido reconhecido antes no **HC 479318**).

Assim, observa-se que já escoou o prazo prescricional de 4 (quatro) entre o trânsito em julgado para a acusação e esta data, o que importa na declaração de prescrição da pretensão executória, por determinação do art. 107, IV, do Código Penal.

Ante todo o exposto, **dou provimento ao presente recurso ordinário, com amparo no art. 34, XVIII, do RISTJ, para declarar extinta a punibilidade da recorrente** quanto à condenação proferida nos autos da ação penal n. 5000211-75.2010.4.04.7008/PR, que deu origem ao processo de execução n. 5000176-71.2017.4.04.7008/PR, considerando a prescrição da pretensão executória estatal.

Comunique-se imediatamente a presente decisão ao eg. Tribunal de origem, notadamente, para as providências necessárias quanto ao **habeas corpus e presente recurso ordinário em tramitação** em favor da recorrente.

P. I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator